

As mulheres no campo político: uma análise das candidaturas femininas às prefeituras brasileiras (2000-2016)

Maria Salet Ferreira Novellino

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (UFRJ/IBICT) - Rio de Janeiro, RJ - Brasil. Professora e pesquisadora na Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Rio de Janeiro, RJ - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/8920693126535221>

E-mail: salet.novellino@ibge.gov.br

Maria Luíza Guerra de Toledo

Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Belo Horizonte, MG - Brasil. Professora e pesquisadora da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Rio de Janeiro, RJ - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/4276909672951681>

E-mail: maria.toledo@ibge.gov.br

Submetido em: 30/09/2017 Aprovado em:29/11/2017 . Publicado em: 13/08/2018.

RESUMO

O trabalho analisa a distribuição, na hierarquia do campo político, de candidatas às prefeituras no período de 2000 a 2016. Para isto, constitui-se um arcabouço teórico a partir da concepção de campo e capital político e de habitus de Pierre Bourdieu, e nos conceitos de oferta e demanda apropriados por teóricas feministas para tratar do recrutamento de candidatas pelos partidos. Para esta análise, realizaram-se, a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), estatísticas descritivas. Sob o aspecto da oferta, consideraram-se as variáveis grau de instrução, carreira e área de atuação. A demanda foi medida pelas taxas de crescimento das candidaturas femininas e sua distribuição hierárquica no campo político, a qual foi estabelecida a partir do tamanho e região do município, UF e o porte do partido. Verificou-se, ao final, que a participação feminina cresce, mas em posições hierárquicas inferiores: municípios micros e pequenos, UFs com PIBs mais baixos e partidos nanicos. Portanto, o campo político é um espaço ainda de predomínio masculino, no qual se observa a segregação de gênero, que reforça e mantém as candidatas em posições hierárquicas inferiores.

Palavras-chave: Representação política. Mulheres. Prefeituras brasileiras.

Women in the political field: an analysis of women's candidacies to Brazilian municipal governments (2000-2016)

ABSTRACT

In this work we have carried out a comprehensive analysis of the distribution of female mayor candidates in the hierarchy of the political field in the period 2000-2016. We have built our theoretical framework from Pierre Bourdieu's conceptions of political field, political capital and habitus as well as from the concepts of supply and demand appropriated by feminists scholars to study candidates recruitment process by political parties. For this analysis, we used data from Superior Electoral Court. In the supply realm, we have considered education level and career. In respect to the demand realm, it has been measured by female mayor candidates' growth rates as well as their hierarchical distribution in the political field. This hierarchy has been established considering municipalities' population size, state and Region and size of the political parties. We have inferred that the female participation grows but in hierarchical lower positions. Summing up, the political field is predominantly male, in which it could be seen a gender segregation, that reinforces and maintains female candidates in lower hierarchical positions.

Keywords: Political representation. Women. Brazilian prefectures.

Las mujeres en el campo político: un análisis de las candidaturas femeninas a las alcaldías brasileñas (2000-2016)

RESUMEN

En este trabajo analizamos la distribución, en la jerarquía del campo político, de candidatas a las alcaldías en el período 2000 a 2016. Para ello, constituimos un marco teórico a partir de la concepción de campo y capital político y de habitus de Pierre Bourdieu y en los conceptos de oferta y demanda apropiados por teóricas feministas para tratar del reclutamiento de candidatas por los partidos. Para este análisis, realizamos, a partir de los datos del Tribunal Superior Electoral (TSE), estadísticas descriptivas. Bajo el aspecto de la oferta consideramos grado de instrucción, carrera y área de actuación. La demanda fue medida por las tasas de crecimiento de las candidaturas femeninas y por la distribución jerárquica de las mismas en el campo político, la cual fue establecida a partir del tamaño y Región del municipio, UF y el porte del partido. Veremos, al final, que la participación femenina crece, pero en posiciones jerárquicas inferiores: municipios micros y pequeños, UFs con PIBs más bajos y partidos pequeños. Por lo tanto, el campo político es un espacio aún de predominio masculino, en el que se observa la segregación de género, que refuerza y mantiene a las candidatas en posiciones jerárquicas inferiores.

Palabras clave: Representación política. Mujeres. Ayuntamientos brasileños.

INTRODUÇÃO

Analizamos as candidaturas femininas às prefeituras brasileiras com base na concepção de campo político e de habitus de Pierre Bourdieu, bem como nos conceitos de oferta e demanda apropriados por teóricas feministas para analisar o processo de recrutamento de candidatas pelos partidos.

O campo político, tal como definido por Bourdieu (2011a, p.195), é um microcosmo com relativa autonomia, e como tal, apresenta propriedades, relações, ações e processos que lhe são particulares. A concepção de campo político nos permite perceber o processo de recrutamento como um jogo político, do qual fazem parte agentes e instituições e, como um jogo que é, conta com regras, as quais vêm a determinar as condições de entrada e permanência dos agentes bem como da distribuição deles na hierarquia do campo político.

Só são admitidos como agentes no campo político aqueles que preenchem certas condições de acesso (BOURDIEU, 2011), as quais dizem respeito a seus capitais políticos. Dessa forma, a entrada, a permanência e a ascensão dos agentes no campo político dependem de seus capitais políticos. Quanto maior o capital político, maior a força e autoridade do agente no campo político. Pois, como diz Miguel (2000, p. 99), possuir capital político é ser socialmente reconhecido como capaz de ação política legítima e efetiva.

O capital político é a soma dos capitais acumulados ao longo da trajetória de vida dos agentes, que são os capitais escolar, econômico, cultural e social. O capital escolar é aquele adquirido com a educação formal, e quanto mais valorizado o curso concluído bem como a instituição de ensino, maior o peso deste capital.

O capital social diz respeito à rede de relações do agente. Ele é

o conjunto de recursos reais ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e interreconhecimento (BOURDIEU, 1980, p.2)

O peso desse capital será tanto maior quanto maior for essa rede de relações e o quanto o agente possa efetivamente mobilizar dessas relações bem como do volume de capital econômico, ou simbólico, como o prestígio, possuído por aqueles com os quais o agente se relaciona (BOURDIEU, 1980)

O capital cultural se apresenta objetivamente “sob a forma de bens culturais, quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas” (BOURDIEU, 1979, p. 3) Quanto maior o acesso e exposição do agente aos bens culturais, maior o seu capital cultural. O capital econômico é constituído pelos bens materiais possuídos pelo agente. Quanto maior o capital econômico, mais pode ser investido nas campanhas eleitorais, as quais, para serem bem-sucedidas, demandam grandes recursos financeiros.

Quanto à sua origem, o capital político (escolar, econômico, cultural e social) pode ter sido acumulado pelo próprio agente – o pessoal, como pode ter sido delegado ou ter sido convertido. O capital pessoal vai sendo acumulado na trajetória educacional (capital escolar) e profissional (capital social), além dos capitais cultural e econômico transferidos por herança e/ou acumulados pelo próprio agente ao longo de sua vida.

O capital delegado é o produto da transferência de capitais institucionais, como o dos partidos políticos, organizações profissionais e sociais, bem como de cargos públicos de destaque (BOURDIEU, 1981; MIGUEL, 2003) A esses podemos acrescentar o capital político transferido por familiares, como de pais para filhos e entre cônjuges. O capital convertido é o capital de notoriedade acumulada em outros terrenos,

É a popularidade conseguida em outros campos e deslocada para a política e também a transferência do capital econômico, por meio de campanhas eleitorais dispendiosas. (MIGUEL, 2003, p. 121)

O capital político de entrada vai-se enriquecendo à medida que o agente se firma no campo político, tanto pelo reconhecimento dos eleitores ao ser eleito para cargos políticos, como pelo reconhecimento dos seus pares ao ser indicado para cargos da administração pública. Esses cargos têm pesos diferentes, dependendo de suas posições na hierarquia do campo e, conseqüentemente, pela possibilidade de projeção nos meios de comunicação que o cargo lhe confere (BOURDIEU, 1981; MIGUEL e BIROLI, 2010) Portanto, a acumulação de capital político é possibilitada pela trajetória e relações dos agentes bem como pela exposição deles na mídia.

As instituições midiáticas concedem espaço e tempo aos agentes políticos segundo critérios ideológicos ou guiadas pelo *habitus*. Um exemplo do último é o desequilíbrio na distribuição de espaço e de tempo entre homens e mulheres. O desequilíbrio é expressão do que acontece no próprio campo político entre o número de candidatos e de candidatas bem como da distribuição deles na hierarquia do campo. Portanto, a desigualdade de gênero no número e na distribuição de candidatos e de candidatas nos partidos políticos pode ser explicada pelo conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu, pois ao campo político os agentes trazem o *habitus* da construção social dos papéis de gênero (MIGUEL e BIROLI, 2009)

O *habitus* refere-se às estruturas incorporadas, às disposições adquiridas, socialmente constituídas (BOURDIEU, 1987, p.23) É o *habitus* incorporado por homens e mulheres, dentro e fora do campo político, que molda, pelo senso comum, os papéis que cabem a cada gênero, e que leva a que se considere o campo político um espaço de poder e de disputa por poder e, como tal, um espaço masculino.

O conceito de *habitus* ajuda a explicar porque umas mulheres não se veriam como agentes no campo político, mesmo possuindo capital pessoal ou delegado para tal. Por outro lado, o conceito de *habitus* também nos ajuda a entender porque uns homens não veem as mulheres como agentes no campo político, mesmo que elas tenham as condições objetivas para tal. Como consequência, temos uma sub-representação das mulheres no campo político.

Entre as várias abordagens na teoria feminista que procuram explicar a sub-representação feminina na política, optamos por aquela que se volta para o processo de recrutamento político utilizando os conceitos de oferta e de demanda. (PAXTON e KUNOVICH, 2003)

A baixa participação das mulheres no campo político pode ser considerada da perspectiva da oferta, isto é, do quanto as mulheres dispõem de capital e do desejo de participar no campo político. Tanto o capital (as carreiras que escolhem seguir) quanto a disposição de participar do campo político são fruto de escolhas feitas pelas mulheres, as quais são moldadas pelo *habitus*.

A fraca participação das mulheres pode também e ao mesmo tempo ser considerada na perspectiva da demanda, isto é, da probabilidade de as mulheres serem recrutadas para participarem do campo político. Pelo *habitus*, os homens, que seriam os responsáveis pelo recrutamento, tenderiam a convocar homens. Haveria então forte tendência à perpetuação deste espaço como masculino, não só em termos quantitativos, mas na qualidade das posições que ocupam como candidatos e como dirigentes partidários.¹

A questão central deste estudo é verificar se o campo político, além de ser de predomínio numérico masculino, também o seria quanto à

¹ De todos os partidos políticos brasileiros, somente um tinha, em 2014, como dirigente nacional uma mulher – o PMN, partido classificado, pelos votos nominais recebidos, como pequeno. Em 2016 dois eram presididos por mulher, o nanico Partido da Mulher Brasileira e o PCdoB, partido de porte pequeno. (Fonte: TSE)

distribuição dos agentes-candidatas e candidatos, na hierarquia deste campo, bem como se, ao longo do século XXI, teria havido mudanças nesta distribuição. Para a realização desta verificação, observamos não só as taxas de crescimento das candidaturas femininas, mas também comparamos os capitais políticos de candidatas e candidatos. Para isto, utilizamos os dados sobre candidatos e eleições disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O CAMPO POLÍTICO: OFERTA E DEMANDA DE CANDIDATAS

A oferta diz respeito à disponibilização dos agentes para concorrer a cargos políticos. Quanto maior o capital possuído por um agente, maior a probabilidade de ele se ver e ser reconhecido como potencial candidato. Considerando as possibilidades da nossa base de dados, as variáveis utilizadas para medir o capital dos candidatos foram grau de instrução, curso concluído para aqueles com nível superior e ocupação. Com base nessas variáveis, comparamos os capitais acumulados por candidatas e candidatos.

A demanda diz respeito à escolha de candidatos realizada pelas instituições partidárias, que é o recrutamento propriamente dito. Para esta análise, comparamos as distribuições dos agentes (candidatas e de candidatos) na hierarquia do campo político. A hierarquia foi estabelecida levando-se em consideração os tamanhos dos municípios, as regiões, as unidades da federação (UF) e os portes dos partidos políticos. A distribuição hierárquica está sendo observada em cada eleição de modo a identificarmos a sua evolução no tempo.

AS MULHERES NO CAMPO POLÍTICO

A nossa análise empírica da presença das mulheres no campo político circunscreve-se às candidatas ao executivo municipal, isto é, aquelas que se disponibilizaram para entrar no campo e foram recrutadas pelos partidos políticos. A demanda por candidatas foi observada pelas taxas de crescimento

das candidatas nos níveis nacional, regional e estadual, bem como pelos partidos políticos, categorizados segundo seus portes. A oferta foi medida pelo grau de instrução bem como por curso para aquelas com nível superior, além de ocupação e área de atuação das candidatas.

A evolução das candidaturas femininas ao longo do século XXI foi observada pelas taxas de crescimento das eleições de 2004 às eleições de 2016. De 2000 para 2004, a taxa de crescimento de candidatas às prefeituras brasileiras foi 26,7%; de 2004 para 2008, 16,8%; de 2008 para 2012, 19,8% e de 2012 para 2016, a taxa foi negativa, de -2,3%. Desses números, pode-se observar que houve crescimento maior da eleição de 2000 para a de 2004, e nas eleições seguintes as taxas foram menores e similares, evidenciando a desaceleração desse crescimento nas duas eleições posteriores, culminando em taxa negativa em 2016.

Para verificarmos a distribuição hierárquica das candidatas no campo político, calculamos as taxas de crescimento segundo tamanhos dos municípios, regiões do país, portes dos partidos e unidades da federação, cujos resultados apresentamos a seguir.

AS MULHERES NO CAMPO POLÍTICO: A DEMANDA

A demanda, isto é, o recrutamento propriamente, foi analisado a partir da distribuição das candidatas, por comparação aos candidatos, na hierarquia do campo político, a qual foi estabelecida a partir das seguintes variáveis: tamanhos dos municípios, regiões de país, portes dos partidos e unidades da federação.

O número de candidatas por comparação ao número de candidatos deixa claro que se recrutam muito mais homens do que mulheres. Constatado isto, examinamos a qualidade deste recrutamento, isto é, para quais posições em termos de importância do município, da unidade da federação e do partido político as mulheres vêm sendo recrutadas.

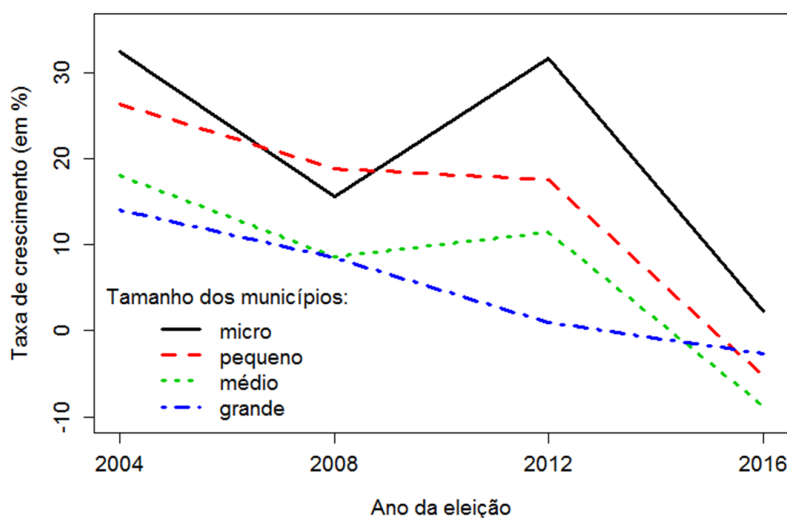
Calculamos as taxas de crescimento das candidaturas femininas segundo os tamanhos dos municípios, categorizados em micros, pequenos, médios e grandes². Foi possível assim verificar se as mulheres vêm avançando no campo político em termos qualitativos, pois na hierarquia dos cargos políticos, quanto maior o município, maior a importância do cargo, maior a visibilidade do candidato e maior a possibilidade de acumular capital político. No nível mais baixo da hierarquia no campo político estão os cargos de prefeito nos municípios micros e pequenos, e no mais alto, aqueles nos municípios grandes.

No gráfico 1 apresentamos as taxas de crescimento das candidaturas femininas de acordo com o porte dos municípios. No período de 2004 a 2012, as taxas de crescimento foram maiores justamente nos municípios micros, seguidos pelos pequenos. Foi também nos municípios micros que observamos a única taxa positiva em 2016. Nos municípios grandes, as taxas de crescimento foram as menores, e pior, assim como nos municípios de outros portes, caíram significativamente a cada eleição.

As taxas de crescimento diminuem à medida que aumenta o porte do município, o que mostra que, no recrutamento político, o aumento da participação feminina tem se dado em maior grau para cargos menos importantes e menos disputados.

As regiões brasileiras foram ordenadas hierarquicamente de acordo com seus Produtos Internos Brutos (PIB)³, que são: Sudeste 54,3%, Sul 16,2%, Nordeste 13,9%, Centro-Oeste 10,1% e Norte 5,4%. Conforme apresentado no gráfico 2, a Região Sudeste apresentou a maior taxa de crescimento nas eleições de 2012, mas em 2016 apresentou a maior taxa negativa (-12,8%). A Região Sul teve nas eleições de 2008 a maior taxa de crescimento, mas nas eleições de 2016 apresentou taxa negativa de -7,1%. As regiões Nordeste e Norte foram as únicas regiões que apresentaram em 2016 taxas de crescimento positivas, justamente as regiões em posições mais baixas na hierarquia considerando-se os PIBs regionais.

Gráfico 1 – Taxas de crescimento das candidaturas femininas por tamanho dos municípios, Brasil

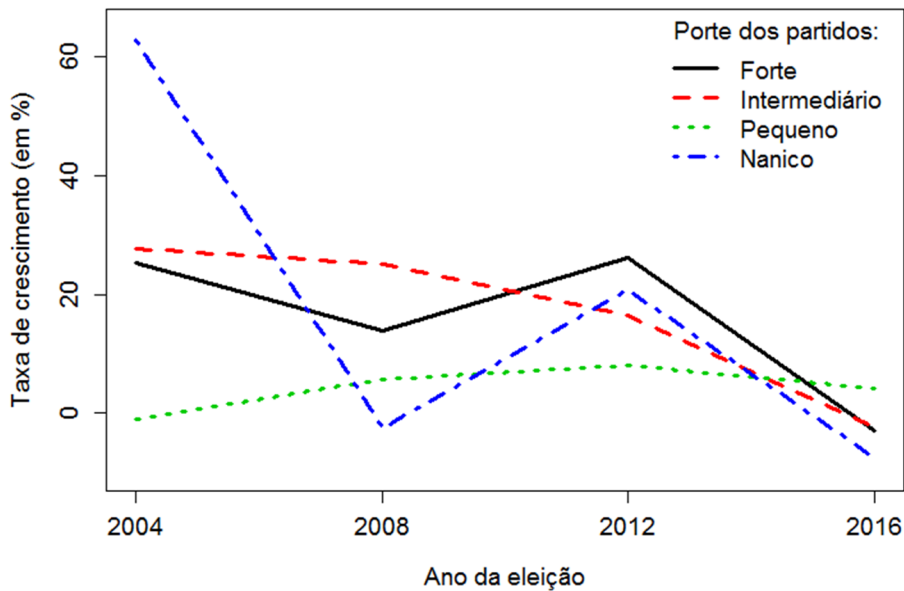


Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

² Micros são aqueles com até 10 mil habitantes, pequenos são aqueles cujas populações vão de 10.001 a 50 mil habitantes, médios de 50.001 a 100 mil habitantes e grandes os que têm populações superiores a 100.001 habitantes. Os dados sobre os tamanhos dos municípios foram extraídos do Censo 2010. Os municípios brasileiros, de acordo com seu porte, estão assim distribuídos: 45,2% deles são micros, 43,9% são pequenos, 5,8% são médios e 5,1% são grandes.

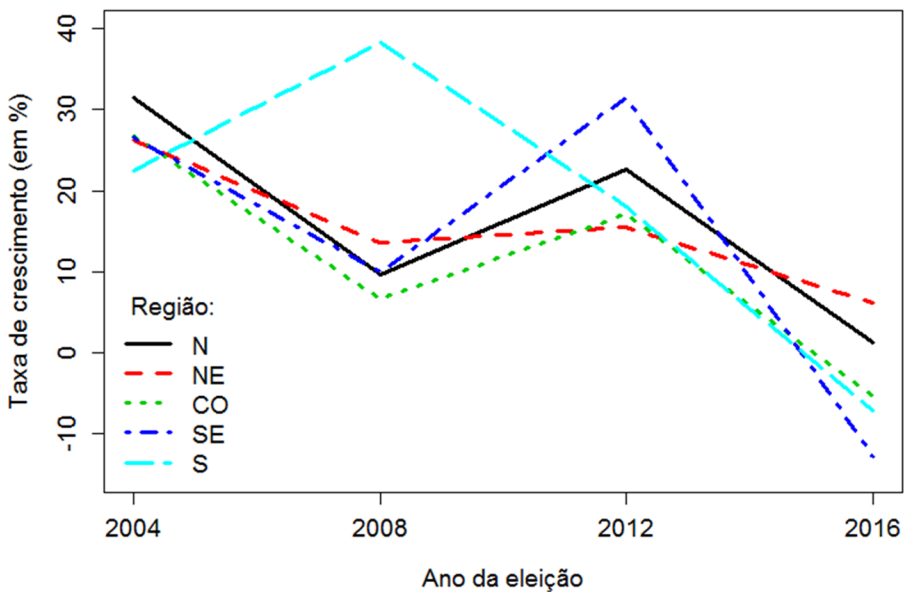
³ O PIB é o total dos bens e dos serviços produzidos, sendo equivalente à soma dos valores gerados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos. (IBGE. Contas regionais do Brasil. Rio, 2010)

Gráfico 2 – Taxas de crescimento das candidaturas femininas por região dos municípios, Brasil



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Gráfico 3 – Taxas de crescimento das candidaturas femininas por porte dos partidos, Brasil



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Os partidos políticos foram categorizados em fortes, intermediários, pequenos e nanicos, considerando-se os votos nominais recebidos por cada partido em cada eleição. Partidos fortes foram aqueles que receberam 9% e mais votos considerando todos os municípios brasileiros. Em 2000, esses partidos eram: PMDB, PFL, PSDB e PPB; em 2004, PMDB, PT, PSDB e PFL; em 2008 e em 2012, PMDB, PSDB e PT; e em 2016, PSDB e PMDB.

De acordo com o gráfico 3, nas eleições de 2004, os partidos com as maiores taxas de crescimento foram os fortes e os intermediários e os nanicos apresentaram taxa bastante alta, o que não é significativo, pois a chance de ser eleito por um desses partidos é extremamente baixa, sendo, por isso, cargo pouco valorizado. Nas eleições de 2008, sobressaíram os intermediários, seguidos pelos fortes. Nas eleições de 2012, as maiores taxas foram observadas entre os fortes e os nanicos. Em 2016, os únicos com taxas de crescimento positivas foram os pequenos. A taxa negativa mais alta foi observada entre os nanicos. Os municípios foram distribuídos pelas unidades da federação, as quais foram ordenadas segundo seu Produto Interno Bruto (PIB). Na hierarquia do campo político, os cargos mais valorizados seriam aqueles em municípios das unidades da federação com os PIBs mais altos e, conseqüentemente, quanto maior o PIB da UF, mais valorizado e visível o cargo de prefeito. É nas unidades da federação com maiores PIBs (São Paulo e Rio de Janeiro) que estão os cinco jornais diários com maior tiragem, além das principais emissoras de TV aberta do Brasil. Os candidatos nos municípios grandes e nas capitais dessas UFs têm garantida uma exposição na mídia, gerando incremento no capital político e, por esse motivo, esses cargos estão no topo da hierarquia do campo político.

Nas cinco eleições avaliadas, as UFs com os maiores percentuais de candidatas foram aquelas cujos percentuais do PIB nacional são baixos. Esse fenômeno foi confirmado por meio de uma análise de correlação entre o percentual de candidatas na UF e o PIB, que apresentou coeficientes de correlação de Person negativos e estatisticamente significativos ao nível de 10%, em todas as eleições.

Portanto, podemos inferir que quanto maior a importância da UF em termos da percentagem de PIB, menor o percentual de candidatas às prefeituras.

Esses resultados indicam que na hierarquia do campo político, às mulheres são reservadas candidaturas em municípios com menor arrecadação e, portanto, menor orçamento. Reforça-se assim a ideia da ‘involução’ da representação feminina no período analisado, pois que, ao longo do século XXI, as candidatas se concentraram nas UFs com os PIBs mais baixos.

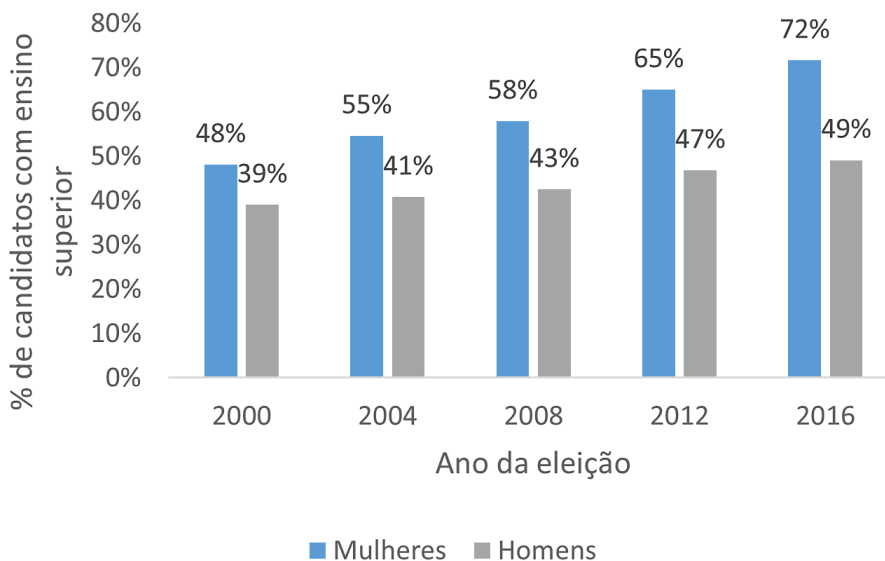
AS MULHERES NO CAMPO POLÍTICO: A OFERTA

A entrada, permanência e ascensão dos agentes no campo político dependem de seus capitais políticos. O capital político é a soma dos capitais escolar, econômico, cultural e social acumulados ao longo da vida. Considerando as possibilidades da nossa fonte de dados, o capital político já acumulado pelas candidatas está sendo aqui examinado sob os seguintes aspectos: grau de instrução, curso superior concluído, ocupação e área de atuação.

O capital pessoal já acumulado pelos candidatos é medido pelo grau de instrução máximo alcançado e, principalmente, pela carreira escolhida, pois quanto mais valorizada socialmente ela o for, maior será o peso desse capital no conjunto do capital político do candidato. A seguir apresentamos análise dos dados sobre o grau de instrução e, em seguida, dos cursos dos candidatos com educação superior.

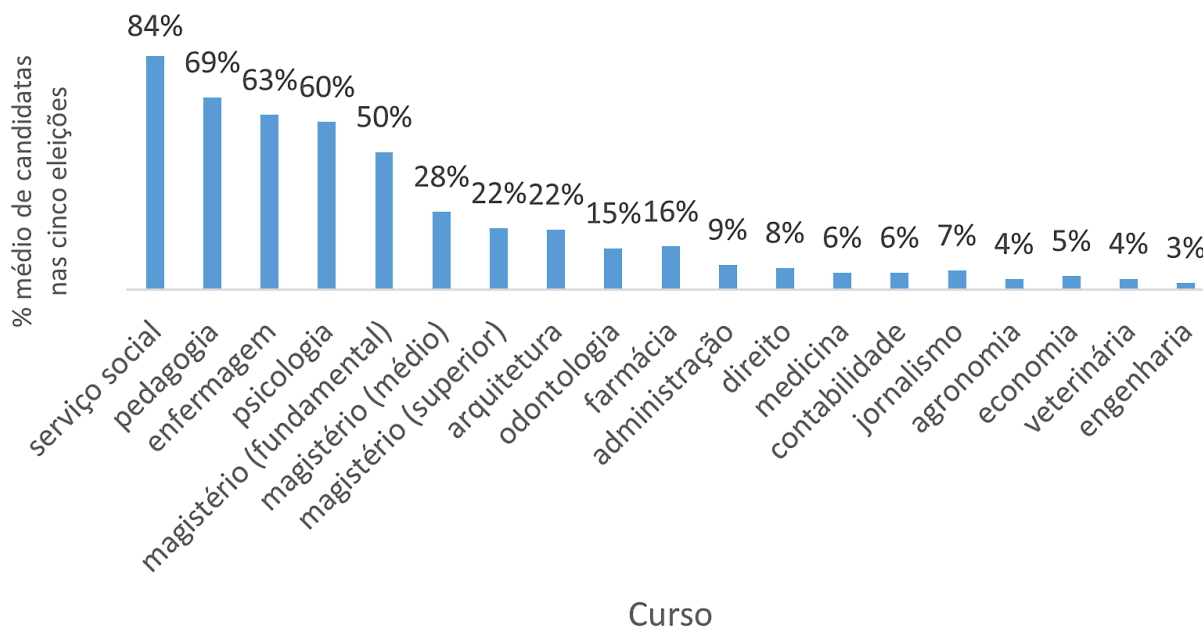
Ao distribuímos as candidatas e os candidatos por seus graus de instrução, verificamos que houve incremento nos anos de estudo dos candidatos a cada eleição – menor percentagem de candidatos com nível fundamental incompleto ou completo, e maior percentual de candidatos com nível superior. Comparando-se os números de homens e mulheres (gráfico 4), observa-se que a percentagem de candidatas com grau mais elevado de instrução (superior completo) é maior do que a dos candidatos, em todos os anos, e essa diferença se acentuou ainda mais na última eleição. Em vista desses números, podemos dizer que mais candidatas do que candidatos haviam alcançado grau de instrução mais alto.

Gráfico 4 – Porcentagem de candidatos e candidatas com ensino superior completo, por eleição, Brasil, 2000-2016



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Gráfico 5 – Representação feminina entre os candidatos nas eleições de 2000 a 2016 por curso superior, Brasil



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

No gráfico 5 mostramos os percentuais de candidatas em cada uma dessas carreiras, por eleição.

No entanto, possuir nível superior não conduz, necessariamente, à acumulação de capital pessoal, o que vai ser dado pelo valor social dos cursos concluídos. No contexto deste trabalho, para estabelecermos o valor do curso concluído no campo político considerado (as prefeituras brasileiras), os ordenamos por ordem decrescente de percentagem de eleitos (as médias considerando todas as cinco eleições). A partir desta classificação, identificamos os cursos com os maiores graus de elegibilidade, isto é, com as maiores percentagens de eleitos. Para esta classificação, selecionamos exclusivamente aqueles com números absolutos de candidatas superiores a 20 indivíduos, totalizando 19 cursos.

Na distribuição dos cursos pelos percentuais de eleitos, identificamos três grupos: o primeiro, com percentuais superiores a 40% (agronomia e veterinária); o segundo, com percentuais entre 39 e 30% (contabilidade, economia, engenharia, medicina, odontologia, administração, enfermagem, farmácia, psicologia e serviço social); e o terceiro, com percentuais entre 27 e 18% (magistério nível fundamental, direito, magistério nível médio, pedagogia, arquitetura, magistério nível superior e jornalismo).

Os percentuais de candidatas às prefeituras brasileiras da eleição de 2000 à de 2016 variaram de 7,5% a 13%. No entanto, conforme podemos observar no gráfico 5, quando as estratificamos pelas carreiras, as percentagens de candidatas encontradas em alguns cursos, tais como serviço social, enfermagem, pedagogia, psicologia e magistério do ensino fundamental, mostraram-se extremamente altas. Nas carreiras com as maiores percentagens de eleitos (agronomia, veterinária, contabilidade, economia, engenharia e medicina), as percentagens de candidatas foram extremamente baixas.

Os percentuais de candidatas às prefeituras brasileiras das eleições de 2000 à de 2016 com curso superior completo passaram de 48,1 a 71,6%.

No entanto, ao observarmos suas distribuições pelas carreiras de nível superior, verificamos que elas se concentravam em carreiras tipicamente femininas, de menor prestígio e remuneração, o que evidencia a reprodução da segregação ocupacional de gênero no campo político.

O capital delegado é aquele acumulado pelos candidatos em suas atuações na vida pública: nos movimentos sociais, nos cargos ocupados, bem como dentro dos partidos políticos. No contexto deste trabalho, o capital delegado dos agentes foi analisado considerando-se áreas de atuação, estabelecidas a partir das ocupações declaradas pelos candidatos ao Tribunal Superior Eleitoral.

As áreas de atuação que estabelecemos e selecionamos para esta análise foram as seguintes: política, agropecuária, saúde, religião, administração, serviço público, comércio, justiça, educação, arte e mídia e segurança.

O maior percentual de eleitos (45,4%) foi encontrado para aqueles que já participavam do campo político, que são prefeitos reeleitos, vereadores, etc., nesta área a percentagem de candidatas foi 11,2%, que pode ser considerada das mais altas. Isto indica que a entrada no campo político para o exercício de um mandato favorece a permanência do agente no campo, pois aqueles que já haviam cumprido mandato têm maiores chances de serem eleitos, pela visibilidade que um cargo político lhes confere (PINTO, MORITZ e SCHULZ, 2013), o que leva a que tenham mais facilidade para obter financiamento para a campanha, além de recursos governamentais, principalmente se a candidatura for imediatamente subsequente a um mandato político (BARRETO, 2009).

Os maiores percentuais de candidatas foram encontrados nas seguintes áreas: educação (34,9%); serviço público (15,6%) e saúde (12%), que inclui médicas, enfermeiras, dentistas. Na área de atuação 'Religião', com elevado percentual de eleitos (36,1%), que compreende 'sacerdote ou membro de ordem ou seita religiosa', não há um registro

sequer de candidata em nenhuma das eleições analisadas. Sob 'Agropecuária', área com o segundo maior percentual de eleitos, a participação das mulheres é das mais baixas (3%). Menor que esta é a encontrada em 'segurança' (1,5%).

Demonstra-se assim a segregação ocupacional, com percentuais mais baixos de candidatas em áreas pelo *habitus* consideradas predominantemente masculinas (agropecuária e segurança) e percentuais mais altos em educação, que inclui professoras de todos os níveis de ensino e em saúde, que inclui também enfermeiras, bem como no serviço público, onde a participação feminina é mais alta do que a masculina, segundo dados do Censo Demográfico 2010.

Fox e Oxley (2003, p. 836), em pesquisa realizada nos Estados Unidos, inferiram que as candidatas são vistas como mais adequadas para atuarem nas áreas da educação, saúde (principalmente no que tange a cuidados), meio-ambiente, artes, proteção ao consumidor e assistência à população de baixa renda. Já os candidatos são vistos com maior competência para atuarem nas áreas de segurança, economia, negócios e agricultura.

Dados semelhantes encontramos em nossa análise. Desses números podemos depreender que ou (a) a segregação ocupacional se reproduz no campo político; ou (b) são as mulheres com perfis profissionais mais condizentes com os papéis tradicionais de gênero aquelas preferencialmente recrutadas pelas instituições partidárias.

Uma ocupação declarada só por candidatas foi 'dona-de-casa'; do total de candidatas às prefeituras em 2000, 6,5% declararam-se donas-de-casa; em 2004 foram 3,8%; em 2008, 5,7%, em 2012, 4,8% e em 2016, 2,6%. Provavelmente um exemplo de capital delegado a essas candidatas por seus cônjuges ou familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo, procuramos estabelecer se e o quanto o campo político seria um espaço de domínio masculino. Para isto, constituímos um arcabouço teórico a partir da concepção de campo e de capital político e de *habitus* de Pierre Bourdieu bem como nos conceitos de oferta e demanda apropriados por teóricas feministas para tratar do recrutamento de candidatas pelos partidos. Para a análise do processo de recrutamento e de distribuição das candidatas na hierarquia do campo político, realizamos estatísticas descritivas, com base nos dados secundários disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) referentes às eleições ao executivo municipal de 2000 a 2016.

A oferta foi medida pelo grau de instrução, carreira e área de atuação das mulheres. A demanda por candidatas foi observada pelas taxas de crescimento das candidaturas femininas de 2004 a 2016 bem como pela distribuição hierárquica das mesmas no campo político, a qual foi estabelecida a partir das seguintes variáveis: tamanho dos municípios, regiões, unidades da federação e porte dos partidos.

Dos resultados encontrados, destacamos, em relação à oferta, que uma percentagem maior de candidatas do que de candidatos apresentava escolaridade alta (superior completo), mas concentrava-se nas carreiras com os menores graus de elegibilidade, que são: serviço social, pedagogia, enfermagem e magistério do ensino fundamental.

Para entendermos a influência do capital delegado na formação do capital político das mulheres, estabelecemos áreas de atuação, para as quais também estabelecemos graus de elegibilidade. As áreas com os maiores percentuais de eleitos foram: política, agropecuária, saúde e religião. Somente na primeira (na qual estão incluídas aquelas que já conseguiram entrar no campo político) o percentual de candidatas é maior (11,2%). Na segunda, a média de candidatas foi 3%, comparando com os candidatos na mesma área. 'Saúde' foi uma área com percentual relativamente alto (12%), mas trata-se de uma área que compreende carreiras tipicamente femininas, como enfermagem.

Em 'Religião' não há registro de sequer uma candidata. A área com o maior percentual de candidatas foi 'Educação' (34,9%), cujo grau de elegibilidade é dos mais baixos entre as áreas consideradas. Os resultados retratam a reprodução da segregação ocupacional de gênero no campo político, a qual reforça e mantém as candidatas em posições hierárquicas inferiores.

Em relação à demanda e distribuição das candidatas na hierarquia do campo político, destacamos, em relação aos tamanhos dos municípios, que as percentagens de candidaturas femininas aumentaram nos municípios micros e pequenos e decresceram nos municípios grandes. Como consequência, se nas primeiras eleições analisadas (2000 e 2004), quando distribuídas as candidatas pelos portes dos municípios, a participação feminina era maior nos municípios médios e grandes, nas últimas eleições (2012 e 2016), a participação feminina passa a ser maior nos municípios micros e pequenos.

A distribuição hierárquica no campo político foi também observada considerando as unidades da federação e inferimos que quanto maior o PIB da UF, menor o percentual de candidatas às prefeituras.

À vista desses resultados, podemos dizer que o campo político é um espaço ainda de predomínio masculino, no qual se observa a segregação de gênero, fruto da construção social dos papéis de gênero. Esse *habitus* partilhado por homens e mulheres as mantêm nas mais baixas posições na hierarquia do campo político.

Kanter (1977) categorizou a representação proporcional de mulheres e homens no campo político como: (1) uniforme, quando se tem apenas um tipo de pessoa no grupo; (2) distorcido, quando há forte preponderância de um grupo sobre o outro, sendo o primeiro o grupo dominante; (3) inclinado, quando os grupos começam a se mover na direção de distribuições menos extremas; (4) equilibrado. Inferimos que a representação feminina no campo político é 'distorcida' e que as taxas de crescimento das candidaturas femininas às prefeituras brasileiras

indicam que alcançar uma distribuição ao menos 'inclinada' parece ainda estar em futuro distante, principalmente porque nas últimas eleições houve decréscimo do percentual de candidatas.

Finalizando, não poderíamos deixar de chamar a atenção para uma possível relação entre a queda na participação quantitativa e qualitativa das mulheres no campo político e o momento atual de emergência de ideias e comportamentos conservadores advindos tanto de grupos da sociedade civil quanto de participantes do aparelho de Estado. Este conservadorismo reforçaria o *habitus*, partilhado pela reação conservadora, o qual associa as mulheres às tarefas e funções no espaço privado, conduzindo ao que aqui evidenciamos: o retrocesso na participação das mulheres no campo político acentuada na última eleição para as prefeituras brasileiras.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, A. A. de B. Reelection para o Executivo Municipal no Brasil (2000-2008). *Revista Debates*, v. 3, n. 2, p. 97-115, 2009.
- BOURDIEU, P. Les Trois États du Capital Culturel. *Actes de la Recherche en Sciences sociales*, v. 3, p. 3-6, 1979.
- _____, P. Le Capital Social: Notes Provisoires. *Actes de la Recherche en Sciences sociales*, v. 31, p. 2-3, 1980.
- _____, P. La Représentation Politique: Éléments pour une Théorie du Champ Politique. *Actes de la recherche en Sciences sociales*, v. 36-37, p. 3-24, 1981.
- _____, P. *Choses Dites*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1987.
- _____, P. O Campo Político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, p. 193-216, 2011.
- FOX, R. J.; OXLEY, Z. M. Gender Stereotyping in State Executive Elections: Candidate Selection and Success. *The Journal of Politics*, v. 65, n. 3, p. 833-850, 2003.
- KANTER, R. M. *Men and Women of the Corporation*. New York: Basic Books, 1977.
- MIGUEL, L. F. Teoria Política Feminista e Liberalismo: o caso das cotas de representação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, p. 91-102, 2000.

_____. Capital Político e Carreira Eleitoral: Algumas Variáveis na Eleição para o Congresso Brasileiro. *Revista de Sociologia Política*, v. 20, p. 115-134, 2003.

MIGUEL, L. F. ;BIROLI, F. Mídia e Representação Política Feminina: hipóteses de pesquisa. *Opinião Pública*, v. 15, n. 1, p. 55-81, 2009.

_____.; _____. Visibilidade na Mídia e Campo Político no Brasil. *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, v. 53, n. 3, p. 695-735, 2000.

PAXTON, P.; KUNOVICHI, S. Women's Political Representation: the Importance of Ideology. *Social Forces*, v. 82, n. 1, p. 87-114, 2003.

PINTO, C. R. J.; MORITZ, M. L.; SCHULZ, R. M. O Desempenho das Mulheres nas Eleições Legislativas de 2010 no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 10, p. 195-223, 2013.